

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Assembleia da República inicia nova legislatura



com a instalação dos deputados
eleitos no dia 20 de Fevereiro

Parlamento

Vai iniciar-se o processo de instalação dos novos deputados que antecede a posse do Governo

Três meses depois da última sessão plenária, o Parlamento poderá voltar a reunir-se dia 10, para dar início ao processo de instalação dos novos deputados.

Na passada sexta-feira, os líderes parlamentares discutiram, informalmente, com o ainda presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, as datas possíveis para o arranque da X legislatura, após as eleições de 20 de Fevereiro.

Em princípio, a publicação em Diário da República dos resultados das eleições, segundo a Constituição, obriga o Parlamento a reunir em prazo certo. À saída de um encontro, há dias, com o Presidente da República, Mota Amaral antecipou que o reinício dos trabalhos parlamentares deverá acontecer “na próxima semana”, ou seja, nesta semana, o que, actualmente, parece duvidoso.

Na sessão inaugural, a tradição parlamentar dita que seja o presidente cessante do Parlamento a presidir aos trabalhos, a convite do ainda líder parlamentar do partido mais votado, no caso, o socialista António José Seguro.

Em seguida, Mota Amaral convidará dois deputados para secretários da mesa nessa sessão, que procedem à chamada, por ordem alfabética, dos 230 deputados eleitos nas legislativas de 20 de Fevereiro.

Entre estes parlamentares, estará ainda o Primeiro-Ministro indigitado, José Sócrates, enquanto os membros do Governo demissionário PSD/CDS-PP só ocuparão o seu lugar de deputados depois de cessarem funções no executivo.

Nesta primeira sessão, Mota Amaral deverá felicitar os deputados estreantes e repetentes e apresentará também aquele que será o primeiro projecto da nova legislatura: uma proposta de constituição de uma comissão eventual de verificação de poderes dos deputados eleitos.

Aprovado este projecto de deliberação, a sessão é interrompida para que a comissão possa reunir-se e organizar os deputados por partidos, procedendo às necessárias substituições, e elaborar um parecer formal.

A sessão plenária é então retomada e votado o parecer, marcando o arranque da “nova” Assembleia da República.

Só depois desta primeira reunião do Parlamento, o Governo pode tomar posse. Na semana a seguir, haverá nova reunião plenária para a eleição do presidente da Assembleia da República e vice-presidentes. – **Fonte: Lusa**



Deputados pela Emigração

PSD ganha três dos mandatos para Deputado pela Emigração



Apurados os votos da Emigração – dois pelo círculo da “Fora da Europa” e um pelo círculo “Europa” - O PSD elegeu hoje três dos quatro deputados.

O escrutínio do voto dos emigrantes não era decisivo para os resultados finais das legislativas de 20 de Fevereiro, mas com os deputados que faltavam, a Assembleia da República fica completa (230 deputados) com 121 mandatos para o PS, 75 para o PSD, 14 para a CDU, 12 para o CDS-PP e oito para o Bloco de Esquerda.

O PSD elegeu José Cesário e Carlos Páscoa Gonçalves pelo círculo Fora da Europa, e Carlos Gonçalves pelo círculo da Europa.

Comentando os resultados, Carlos Gonçalves afirmou que “Foi uma vitória renhida. Ganhei com uma margem reduzida de votos, mas foi uma vitória justa para um partido que conseguiu eleger três deputados pelos círculos da Emigração”, disse.

Para o social-democrata, esta vitória do PSD na Emigração, demonstra o “bom trabalho” desenvolvido pelo partido junto das comunidades portuguesas enquanto esteve no Governo.

Também eleito, o antigo Secretário de Estado das Comunidades no governo de Durão Barroso José Cesário, dedicou a vitória ao secretário-geral do PSD, Miguel Relvas, e manifestou o seu desejo de ver Cavaco Silva como candidato à Presidência da República, vontade que afirma ter-lhe sido transmitida por “centenas de emigrantes” durante a campanha.

A abstenção situou-se na ordem dos 69,5 por cento na Europa e de 81,7 por cento Fora da Europa. Nestas eleições legislativas votaram por correspondência 36.388 emigrantes num total de 148.159 eleitores inscritos.

Com o apuramento do voto dos círculos da Emigração, o Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) ficou em condições de entregar a acta de apuramento dos círculos na Comissão Nacional de Eleições.

A Comissão Nacional de Eleições publicará em Diário da República o mapa nacional da eleição, durante a próxima semana, podendo o Presidente da República, a partir desta publicação, empossar o XVII Governo Constitucional.

A abstenção nos dois círculos eleitorais da Emigração situou-se nos 76 por cento de acordo com os resultados finais provisórios do escrutínio dos votos dos residentes no estrangeiro realizado hoje em Lisboa.

Os dados do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) apontam uma abstenção na ordem dos 69,5 na Europa e de 81,7 Fora da Europa.

Nestas eleições legislativas votaram 36.388 emigrantes num total de 148.159 eleitores aptos a votar.

Na Europa, onde estavam inscritos 75.764 eleitores, votaram 23.117 emigrantes e Fora da Europa, exerceram o direito de voto 13.271 dos 72.395 eleitores.

Estes números representam, apesar de tudo, um decréscimo da abstenção na Europa, que nas legislativas de 2002 se situou nos 72,1 por cento, e Fora da Europa, onde há três anos a abstenção foi de 79,4 por cento. – **Fonte: Lusa**



Notícias do PSD/Algarve

CPD apresenta e recebe aprovação de uma Moção de Confiança.

Aprovado candidato à Câmara de Monchique

Da Comissão Política Distrital do Algarve do PSD, recebemos, com pedido de publicação, os seguintes comunicados:

Moção de Confiança da CPD

Tendo em consideração:

1. Que os resultados obtidos pelo PSD no Algarve, nas eleições legislativas de 20 de Fevereiro, expressam no essencial uma avaliação negativa do eleitorado português face à governação da coligação liderada pelo PSD nos últimos três anos;

2. Que o governo liderado pelo PSD viu abruptamente interrompido o seu mandato, sendo-lhe negada a possibilidade de recuperar dos efeitos de uma política de austeridade imposta pelo calamitoso estado em que o Partido Socialista deixou o país em 2002;

3. Que aquela avaliação negativa registou no Algarve, em particular, factores de majoração política, como foi o caso das portagens na Via do Infante ou da actuação excessiva das autoridades fiscais junto de sectores significativos da base tradicional de apoio do PSD;

4. O trabalho desenvolvido pela Comissão Política Distrital por mim presidida, bem como pela equipa de candidatos do PSD, e pelos militantes, autarcas e dirigentes das secções, deve merecer o respeito do Partido, aqui representado na Assembleia Distrital, por se ter conseguido montar uma campanha eleitoral digna e com qualidade, apesar das condições extremamente difíceis e adversas para o PSD;

5. Que a quebra eleitoral do PSD no Algarve já estava consumada em Junho de 2004, nas eleições europeias, vindo a ser confirmada pelos resultados de uma sondagem efectuada em 21 e 22 de Dezembro, que já vaticinava um resultado de 22,5% para o PSD, com a eleição de apenas 2 deputados;

6. Que, apesar disso, foi possível obter uma votação superior (24,6%) e ficar a apenas 61 votos da eleição do terceiro deputado, o que, não obstante, não faz a satisfação de nenhum verdadeiro social-democrata;

7. Que a actual Comissão Permanente Distrital foi eleita pelas bases do Partido na data recente de 20 de Novembro de 2004, pelo que só por má-fé ou inconsciência lhe poderá ser imputada responsabilidade por uma situação para a qual não contribuiu;

8. Que, embora os próximos tempos vaticinem grandes dificuldades e muito trabalho político face aos desafios eleitorais que se aproximam e à maioria de esquerda que domina o país, estou disponível para continuar a exercer as minhas funções de Presidente da Comissão Política Distrital do PSD/Algarve para as quais fui democraticamente eleito, não virando a cara à luta;

9. Que os destinos do PSD/Algarve decidem-se nos órgãos próprios, como é esta Assembleia Distrital, e não na rua nem nos jornais, nem pela vontade de quem, dentro do PSD, nada ajudando o PSD, contribuiu objectivamente para a vitória dos nossos adversários;

Venho, respeitosamente, submeter à consideração da Assembleia Distrital do PSD/Algarve, a aprovação de um voto de confiança na continuidade do exercício das funções para as quais fui eleito.

Loulé, 5 de Março de 2005 - José Mendes Bota

Aprovada a Moção de Confiança

Com apenas 7 votos contra e 7 abstenções, a Assembleia Distrital do PSD/Algarve aprovou uma Moção de Confiança apresentada por Mendes

Bota, para prosseguir o seu mandato na liderança do PSD da Região, no rescaldo das últimas eleições legislativas que penalizaram fortemente o Partido.

Recorde-se que Mendes Bota e a sua equipa foram eleitos há pouco mais de três meses, na sequência de umas eleições internas bastante disputadas, tendo obtido na altura 58% dos votos. Ao obter agora 85% dos votos da Assembleia Distrital, que é o órgão máximo do Partido, onde têm assento os representantes directos dos militantes de base, Mendes Bota viu assim reforçada a confiança da sua base de apoio, que entretanto se alargou substancialmente.

Durante os trabalhos da Assembleia Distrital, foi criticado por muitos dos delegados presentes, o comportamento de alguns militantes do Algarve

que se representam a si próprios, e que, antes, durante e após a campanha eleitoral, têm vindo a público com posições que objectivamente atentam contra os interesses do Partido, em vez de as expressarem nos locais próprios.

Mendes Bota considerou “ter reunidas todas as condições políticas para prosseguir o seu trabalho, visando a consolidação do PSD como partido maioritário nas autarquias do Algarve, onde detém actualmente a presidência de nove das dezasseis câmaras da região.” Nesse sentido, “apelou à união neste objectivo comum, e manifestou total disponibilidade para trabalhar com todos os que quiserem dar o seu contributo para o processo autárquico, no respeito pelas competências estatutárias de todas as estruturas do Partido.”

Aprovado o candidato autárquico a Monchique

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve, encetou uma fase decisiva da sua estratégia autárquica, que tem como objectivo consolidar a posição maioritária do Partido nos municípios da região.

Dentro deste quadro, a escolha dos candidatos às presidências das câmaras municipais irá conhecer uma aceleração nas próximas semanas. Desde logo, em sua reunião de 6 de Fevereiro de 2005, a Comissão Política Distrital, sob proposta da Comissão Política de Secção respectiva aprovou, por unanimidade, o candidato à Câmara Municipal de Monchique.

Trata-se de António José de Jesus Santos Francisco, mais conhecido por António José Santos, e desempenha desde 1993 as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite. Técnico da Administração Tributária em Monchique há 21 anos, António José Santos é uma personalidade local reconhecida pela sua dedicação ao trabalho em prol da população, pela sua seriedade e pela afabilidade no trato com as pessoas. Tem 46 anos de idade, é membro da Assembleia Municipal de Monchique e Presidente da Assembleia Geral do Centro de Dia de Marmeleite.

É casado e tem um filho e uma filha. Natural de Marmeleite, onde nasceu e onde reside, tornou-se uma figura destacada a nível nacional, pela coragem com que enfrentou o terrível flagelo do fogo que assolou em 2003 a serra de Monchique, e que colocou em perigo a própria localidade de Marmeleite, que só não foi varrida pela catástrofe graças à acção destemida dos populares liderados por António José Santos.

Amante da caça, da leitura e de viajar, António José Santos é de uma simplicidade cativante e será, verdadeiramente, “um presidente do povo e para o povo”.

A apresentação pública desta candidatura, realizada ontem à noite, num Restaurante Teresinha, em Monchique, juntou mais de 300 pessoas, e constituiu uma impressionante manifestação de apoio a esta candidatura.

– Fonte: CPD/Algarve



Notícias dos Açores

Mota Amaral no lançamento dos seus livros parlamentares. PSD propõe Revisão Eleitoral

O Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, apresentou, no sábado passado, em Ponta Delgada, dois livros de sua autoria: «Ao serviço do Parlamento» e «Diplomacia Parlamentar».

O livro «Ao serviço do Parlamento» contém os discursos parlamentares desde Abril de 2002 até à última sessão plenária da IX legislatura, em Dezembro do ano passado, enquanto que «Diplomacia Parlamentar» inclui todas as intervenções que Mota Amaral fez em visitas ao estrangeiro.

No capítulo de apresentação de «Ao serviço do Parlamento», Mota Amaral destaca a alteração que promoveu ao regimento parlamentar, que impôs a presença mensal do primeiro-ministro na Assembleia da República, obrigou o Governo a comparecer nos debates de urgência pedidos pelos vários partidos e deu aos membros do executivo a possibilidade de, tal como os deputados, intervirem no período antes da ordem do dia. Segundo Mota Amaral, “A revisão do regimento, levada a cabo na primeira sessão legislativa, ampliou os mecanismos de controlo político parlamentar, recolocando na Assembleia da República o centro do debate político e ampliou a exposição do Governo perante o Parlamento”.

No que diz respeito à relações externas, Mota Amaral afirmou que a diplomacia parlamentar está a desempenhar “um papel crescente, já que a Assembleia da República tem uma intervenção activa também nesta matéria”. Mota Amaral assegurou: “Procurei atender com especial interesse a esta dimensão da actividade parlamentar, que foi acentuada com a dinâmica europeia vivida nos últimos anos”.

No lançamento dos dois livros, Mota Amaral considerou que as obras agora lançadas representam um meio de “dar contas” do trabalho desenvolvido nos últimos anos.

“Breve embora, a IX legislatura também deixa a sua marca na história a fazer-se do Parlamento português. Estudos de opinião fiáveis indicam ter tido alguma melhoria a imagem da Assembleia da República” acrescentou Mota Amaral e concluiu



que se esforçou “por viver cada dia desta tão breve presidência como uma maravilhosa aventura”.

Proposta de Revisão Eleitoral apresentada pelo PSD/Açores

O PSD/Açores apresentou um projecto de revisão do sistema eleitoral açoriano, que prevê a eleição de mais três deputados em São Miguel e um na Terceira, os dois maiores círculos do arquipélago.

Em conferência de imprensa, o líder social-democrata açoriano, Victor Cruz, explicou que o aumento de lugares no parlamento regional é possível, reduzindo o número de votos para a eleição dos deputados para cinco mil ou fracção superior a 2.500.

A Lei Eleitoral actual prevê a eleição de dois deputados para cada uma das nove ilhas e mais um por cada seis mil votos ou fracção superior a mil.

Após uma reunião da Comissão Política Regional, Victor Cruz alegou, porém, que a

“redução do número de deputados poder ferir a imposição constitucional de nos Açores haver nove círculos eleitorais, um por cada ilha”.

Para Victor Cruz, a vontade do partido, expressa pelos seus órgãos dirigentes e dos militantes através de um referendo, era maioritariamente favorável à redução de lugares, mas a probabilidade da proposta ser chumbada obrigou a um projecto alternativo.

Caso a proposta social-democrata seja aprovada na Assembleia Legislativa dos Açores, o parlamento passará de 52 para 56 deputados, com a eleição de mais três mandatos na ilha de São Miguel e um na ilha Terceira.

Para Victor Cruz, esta solução garante uma “melhoria e um reforço substancial da proporcionalidade naqueles dois círculos que são os mais penalizados”, ao mesmo tempo que não introduz alterações nas ilhas mais pequenas.

Este modelo segue as virtudes do actual, garante a sua constitucionalidade e mantém a estabilidade, a alternância democrática do poder e as maiorias absolutas, assegurou Victor Cruz.

O líder do PSD/Açores manifestou-se, ainda, “totalmente contra a proposta do PS e do CDS-PP”, que preferem criar um círculo eleitoral de compensação, alegando que “pode conter preceitos inconstitucionais”.

O PSD, disse o dirigente social-democrata, está aberto ao diálogo com todos os partidos e espera que a proposta final possa ser aprovada por unanimidade no Parlamento, embora não necessite de uma maioria qualificada para a sua viabilização.

No âmbito da última revisão constitucional, os deputados açorianos têm um prazo até Abril para apresentarem à Assembleia da República um projecto de alteração da Lei, de modo a melhorar a proporcionalidade do sistema.

Em causa está a necessidade assumida por todos os partidos de evitar que a força política mais votada em eleições regionais não obtenha, porém, o maior número de deputados.

– Fonte PSD/Açores



Notícias de Lisboa

Garantido o futuro da «Fundação» e da «Colónia Infantil» de «O Século». Grande operação «Centaurus 2005»



A Câmara de Lisboa aprovou no dia 2 um novo acordo com a fundação “O Século”, que garante o financiamento da instituição, antiga responsável pela gestão da Feira Popular.

As receitas da Feira Popular de Lisboa financiavam a fundação, mas com o encerramento do parque de diversões em Outubro de 2003, a autarquia passou a atribuir um subsídio para suportar a obra social da instituição.

O valor da verba mensal foi acordado em Julho de 2003, tendo sido fixado em 217 mil euros, uma quantia calculada com base na média das receitas da Feira Popular nos últimos cinco anos.

Através da adenda ao acordo celebrada na semana passada com a Fundação e hoje ratificada pelo executivo camarário, a autarquia lisboeta compromete-se a construir uma nova Feira Popular em Lisboa, cuja futura localização ainda não está definida.

Os lucros deste novo espaço deverão reverter a favor da obra social da fundação “O Século”, que ficará a gerir o parque, mas até à sua construção a Câmara continuará a pagar o subsídio acordado.

O novo acordo surge no âmbito da proposta de permuta entre os terrenos municipais de Entrecampos, onde se situava a Feira Popular, e os terrenos privados do Parque Mayer, aprovada terça-feira pela Assembleia Municipal de Lisboa (AML).

O primeiro protocolo celebrado entre o município e a Fundação previa que a instituição poderia vir a gerir uma futura Feira Popular em Entrecampos, mas a proposta que foi aprovada terça-feira exclui a construção de um novo parque de diversões naquela zona.

Caso a autarquia não venha a construir uma nova Feira Popular, uma hipótese admitida na semana passada pelo município devido à dificuldade em encontrar uma nova localização, a Câmara compromete-se a pagar uma compensação à instituição, que nunca poderá ser inferior a 160.000 euros mensais.

Também segundo a adenda ao acordo, a autarquia fica responsável pela reintegração, no novo parque de diversões ou noutra estabelecimento municipal ou ainda a indemnização dos cerca de 30 funcionários da Fundação que garantem a manutenção do recinto da Feira Popular.

A Fundação tem actualmente 263 utentes, repartidos pelos lares, creche e pré-escolar, programas de actividades de tempos livres, apoio domiciliário e estruturas de inserção social, além das férias, na Colónia de Férias do Estoril, para crianças carenciadas, que existe desde o tempo de Ferreira da Rosa. –

Fonte: Lusa

Coordenação entre forças de socorro em caso de acidente grave

O Parque da Bela Vista foi o palco escolhido, no dia 5 de Março, para a “Operação Centaurus 2005”, um grande simulacro que colocou à prova os diversos meios de emergência existentes em Lisboa.

Um simulacro de grandes dimensões, envolvendo um autocarro de passageiros, dois ligeiros e um camião cisterna com líquidos inflamáveis, decorreu no Parque da Bela Vista, em Marvila. O objectivo principal da iniciativa, primeira do género

aberta à população, foi a actualização e avaliação dos Planos Prévios de Intervenção (PPI's) e da eficácia dos meios disponíveis.

No terreno, onde, ainda, há pouco tempo decorreu o “Rock in Rio”, o cenário montado para o simulacro era o seguinte: o despiste de um automóvel ligeiro deu origem a um acidente rodoviário envolvendo um camião cisterna que transportava gasolina, um autocarro com 44 passageiros e outro veículo ligeiro com dois ocupantes. O embate dá origem ao derrame da gasolina do camião que se inflama rapidamente. Um dos ligeiros fica preso debaixo do autocarro de passageiros, ficando os dois ocupantes encarcerados. Registam-se feridos e alguns mortos. Dos passageiros do autocarro apenas dois ficam impossibilitados de sair, devido a ferimentos graves.

Esta situação foi o pretexto para a operação de socorro e salvamento que se seguiu de imediato e que envolveu 23 entidades, entre as quais a CML e a Protecção Civil, promotoras da “Operação Centaurus 2005”, 250 elementos das várias entidades e forças de socorro, 14 ambulâncias, 39 viaturas ligeiras e 1 helicóptero, entre outros meios.

A operação foi seguida de perto por largas dezenas de espectadores, que iam assistindo ao desenrolar dos acontecimentos através de um ecrã gigante, ao mesmo tempo que pelo sistema de som ouviam as explicações daquilo que se estava a passar no terreno e quais as medidas que estavam a ser tomadas para socorrer as vítimas do acidente.

Este simulacro, em preparação durante dois meses, inseriu-se no âmbito do Dia Internacional da Protecção Civil e teve uma dupla função, conforme explicou o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Carmona Rodrigues: treinar e agilizar a coordenação entre as várias entidades de resposta de emergência e “informar a população das capacidades de intervenção dos serviços municipais de protecção civil, perante um acidente de grande dimensão”.

Este foi o primeiro de uma série de simulacros a serem levados a cabo com vista a sensibilizar a população para as questões de prevenção e segurança, testar a eficácia das organizações intervenientes e avaliar os recursos humanos.

Para além do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, esta iniciativa coordenada pela CML, contou ainda com a participação da Universidade Nova de Lisboa, que através de um protocolo recentemente assinado entre as três entidades, pretende passar a oferecer uma oferta acreditada e especializada em Protecção Civil.

Estiveram envolvidas neste exercício, as seguintes entidades:



Internas (CML) - Serviço Municipal de Protecção Civil; Regimento de Sapadores Bombeiros; Polícia Municipal; Polícia Florestal.

Externas - Administração Regional de Saúde de Lisboa; Corpo Nacional de Escutas; Cruz Vermelha Portuguesa; Departamento de Investigação e Acção Penal; Governo Militar Lisboa; Instituto Nacional de Emergência Médica; Instituto Nacional de Medicina Legal; Polícia Judiciária; Polícia de Segurança Pública; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. – **Fonte: Gab. Imp. CML**



ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Secção de Almada, para reunir no próximo dia 28 de Março de 2005, pelas 21h00, nas instalações da associação de Socorros Mútuos, 1º de Dezembro, na Rua Capitão Leitão, nº 79, em Almada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação e aprovação das contas de 2004;
3. Análise da situação política.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se um Plenário da Secção de Aveiro, para reunir em sessão ordinária, no dia 21 de Março de 2005, segunda-feira, pelas 21h00, na sede concelhia de Aveiro, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº 177, 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise e aprovação das contas e do Orçamento de 2005 a nível da Secção;
2. Análise da situação Político-partidária, nomeadamente tendo em conta o XXVII Congresso Nacional e as próximas eleições autárquicas.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para uma reunião ordinária a realizar no dia 21 de Março de 2005, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Miguel Pais, nº 39, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e votação do relatório de Actividades e Contas de 2004;
2. Apresentação e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2005;
3. Análise da situação política local e nacional;
4. Eleições Autárquicas 2005.

CORUCHE

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Coruche, para reunir no dia 15 de Abril de 2005, sexta-feira,

entre 21h00 e as 23h00, na sede do PSD, Rua dos Guerreiros, nº 47, 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: Nos termos regulamentares e estatutários, as listas de candidatos deverão dar entrada na sede concelhia até às 24h00 do dia terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Nesse dia, a sede estará aberta entre as 21h00 e as 24h00.

DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria do PSD, para uma reunião ordinária, no próximo dia 18 de Março de 2005 (sexta-feira), pelas 21h00, no auditório da Estação Frutícola Vieira Natividade, sito na Estrada de Leiria, na cidade de Alcobaça, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Preparação do XXVII Congresso Nacional do PSD – Pombal 8,9 e 10 de Abril;
2. Apreciação do Relatório e Contas de 2004;
3. Apreciação do Orçamento para 2005;
4. Análise da situação política.

DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia 15 de Março de 2005, pelas 21h00, no Novotel, sito em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária;
2. Discussão e Votação de Moção de Confiança, apresentada pela Comissão Política Distrital.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se um Plenário da Secção da Guarda a reunir no próximo dia 18 de Março de 2005, pelas 21h00, na Sede Distrital do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária.

NÚCLEO DE ALVALADE SECÇÃO B

Nos termos dos Regulamentos e Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Alvalade da Secção B, de Lisboa, para reunir em sessão extraordinária, no dia 21 de Abril de 2005, pelas

21h00, na sede da Secção B, sita no Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

NÚCLEO DE NOGUEIRA DA REGEDOURA SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial do PSD da Freguesia de Nogueira da Regedoura, concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 23 de Abril de 2005, pelas 15h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota:

A eleição decorrerá entre as 15h00 e as 18h00 na sede do Núcleo, sita na Rua Dr. Domingues Maia, freguesia de Nogueira da Regedoura, concelho de Santa Maria da Feira.

As candidaturas em lista, a data limite da sua apresentação, bem como, as respectivas proposituras, as declarações de aceitação subscritas pelos candidatos e outros aspectos a considerar inerentes ao acto eleitoral, deverão respeitar os Estatutos e o Regulamento Eleitoral.

SECÇÃO A LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se um Plenário da Secção F de Lisboa, para reunir em sessão ordinária, a realizar no dia 15 de Março de 2005, pelas 21h00, a ter lugar na sede da Secção (Rua República da Bolívia nº 28 -1 Dto.), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação e votação do relatório e contas do exercício de 2004;
3. Análise da Situação Política.

SECÇÃO F LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se um Plenário da Secção F de Lisboa, para reunir em sessão ordinária, na sua sede, na Rua Aliança Operária, 66, em Lisboa, no dia 30 de Março de 2005, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da Situação Político-partidária e aprovação da estratégia a desenvolver pela Secção;
2. Apreciação da actuação da Comissão política de Secção;

3. Apreciação e votação do Relatório e contas da Secção relativos ao exercício de 2004;

4. Discussão e votação do orçamento da Secção para o exercício de 2005.

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Março de 2005, quinta-feira, pelas 21h30, na sede da Secção de Setúbal do PSD, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23- 1º, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação e votação das contas de 2004 e do Orçamento para 2005;
3. Análise da situação Político-partidária.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma reunião extraordinária da Secção de Viana do Castelo, no próximo dia 1 de Abril de 2005, pelas 20h30, no Auditório do Hotel Viana Sol, em Viana do Castelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1º - Preparação das próximas Eleições Autárquicas.

VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se um Plenário da Secção de Vieira do Minho, para reunir no dia 1 de Abril de 2005, pelas 20h30, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleições Autárquicas;
2. Análise da Situação Política.

UISEU

Nos termos dos Artigos 50º e 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu, para uma sessão ordinária, a realizar no Solar dos Peixotos, no dia 21 de Março de 2005, com início às 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação político Partidária.

Nota: Nos termos do nº 2 do artigo 66 dos Estatutos Nacionais do PSD, a Assembleia de Secção poderá deliberar 30 minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.



COMISSÃO ACADÉMICA de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da C.A.L., para reunir no próximo dia 11 de Abril de 2005, pelas 11h30, na Sede Distrital da JSD de Lisboa, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da C.A.L.;

NOTA:

a) As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da C.A.L. ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do dia 8 de Abril, na Sede Distrital do PSD/

Lisboa, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.

b) As urnas estarão abertas por um período de 1hora.

CONSELHO DISTRITAL de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Lisboa, para o dia 14 de Março de 2005, (Segunda-feira), pelas 20h30, no Auditório da Sede Nacional do PSD, sita na Rua de São Caetano á Lapa, n.º 9, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da situação política;
- 3- Aprovação do Plano de Actividades da Comissão Política da Distrital da JSD de Lisboa;
- 4- Eleição dos Militantes Honorários do Distrito de Lisboa.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir em Plenário no dia 24 de Março de 2005,

(quinta-feira), pelas 21h30, na Sede da JSD Mafra (Terreiro D. João V, n.º 61, em Mafra, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política
- 3- Outros.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Torres Vedras, para reunir no dia 18 de Março de 2005, (Sexta-feira), pelas 21h00, na Sede de Concelhia, sita na Rua 9 de Abril, n.º 5 - 3.º andar – Torres Vedras, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política;
- 2- Informações;
- 3- Outros Assuntos de Interesse.

VILA do CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD/Vila do

Conde, para o dia 16 de Abril de 2005, pelas 14h00, a realizar na Praça da República, n.º 7 Vila do Conde, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1: Análise da Situação Política;
- Ponto 2: Eleições Autárquicas de 2005
- Ponto 3: Outros assuntos de interesse.

VILA NOVA de GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 11 de Março de 2005, pelas 21h30 na Sede Concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política Actual;
- 2- Congresso da JSD.

PARLAMENTO EUROPEU

Graça Moura:

Dimensão cultural é fundamental para o êxito da Estratégia de Lisboa



O Deputado Vasco Graça Moura considera que o texto da recomendação do Parlamento Europeu sobre a revisão da Estratégia de Lisboa “reitera uma retórica de princípios gerais já adquiridos exactamente onde seria desejável um esboço articulado de medidas a tomar em concreto. Dir-se-ia que todos estão de acordo quanto aos objectivos, mas poucos sabem o que fazer para que estes sejam atingidos”.

Graça Moura sublinhou na sua intervenção no Plenário do PE que, “uma economia baseada no conhecimento supõe, como no texto se diz, uma educação altamente qualificada, mas não se faz ali nenhuma referência ao facto de uma educação altamente qualificada ter de assentar num percurso escolar também de grande qualidade, desde os primeiros anos de escolaridade. Sendo conhecidas deficiências várias nos ensinamentos básico e secundário na maioria dos países, é pena que a recomendação não convide os Estados-Membros a examinarem esse aspecto e a procurarem com urgência uma solução para ele. Este documento aponta para o futuro e o futuro não passa sem essa solução”.

Por outro lado, considera Vasco Graça Moura, “acentua-se a necessidade de mobilizar a opinião pública europeia de modo a persuadi-la das vantagens da Estratégia de Lisboa e a fazê-la aderir a elas, mas não se diz uma única palavra sobre as políticas da cultura, quer a nível europeu, quer a nível nacional. Fala-se em cultura do diálogo mas nem sequer se fala em diálogo das culturas. Ora, a interiorização por parte de cada cidadão europeu, da necessidade e das vantagens da Estratégia de Lisboa, terá de ser, antes de mais, uma atitude cultural. A cultura não é apenas uma dimensão essencial da democracia, é também o quadro que permitirá medir a distância que vai do insucesso ao êxito numa Estratégia como a de Lisboa, sobretudo se se quer preservar o modelo social europeu”.

Para Vasco Graça Moura, “uma economia baseada no conhecimento implica uma visão do mundo que só a cultura pode proporcionar. Por isso mesmo, é de recomendar ao Conselho, à Comissão e aos Governos um especial e sério empenhamento também financeiro, repito, também financeiro, na prossecução das políticas culturais. Sem elas, a Estratégia de Lisboa continuará a ser pouco mais do que um elenco simpático de boas intenções”.

Silva Peneda defende medidas de apoio aos têxteis

O Deputado do PSD José Silva Peneda afirmou, em Estrasburgo, que “a indústria têxtil da União Europeia depara-se neste momento com uma das mais graves crises de sempre, que afecta tanto os trabalhadores fabris, como as empresas deste sector, na sua grande maioria PMEs. Acresce ainda que o problema está concentrado nalgumas regiões, já de si desfavorecidas e que agora ficarão mais vulneráveis”.

Num debate no Plenário do Parlamento Europeu, Silva Peneda recordou que “há uma década que a indústria têxtil confronta-se com uma reorganização completa, em ordem a obter maior competitividade, assistimos a deslocalizações massivas da produção e despedimentos colectivos dos trabalhadores, na sua esmagadora maioria mulheres com baixas qualificações” e salientou que “o balanço desta crise não deixa margens para dúvidas: no espaço de 10 anos uma perda entre 20 a 25% de unidades industriais e de postos de trabalho”.

Para Silva Peneda “O actual desmantelamento das restrições às importações de têxtil vai contribuir para agravar a situação”.

Perante esta situação, Silva Peneda defendeu a adopção de uma série de medidas: “Primeiro, agir ao fiscalizar escrupulosamente todas as importações chinesas no mercado comunitário, sem receio de activar a nível internacional as devidas cláusulas de salvaguarda, caso o sistema de vigilância confirme o impacto negativo expectável. Não pretendo apelar a qualquer espécie de proteccionismo. Isso seria ir contra os ventos da história. A Europa tem de se habituar a competir com mão-de-obra mais barata. Não pode é aceitar que a competição se faça com empresas que não pagam energia e que utilizam mão-de-obra escrava ou infantil. Se as regras do comércio mundial não forem cumpridas a actividade económica na Europa não conseguirá competir.

Segundo, agir ao acompanhar o fenómeno das deslocalizações de empresas da indústria têxtil, assim como os casos de falências fraudulentas e de empresas que receberam apoios comunitários antes de encerrarem.

Finalmente, em terceiro lugar, agir ao reforçar a competitividade da indústria europeia do têxtil, através da promoção de mais inovação e novas tecnologias, mais formação profissional contínua, mais apoio e incentivos às PMEs que constituem a maioria das empresas activas neste sector. Por outras palavras, o sector do têxtil europeu deve apostar nos pontos da cadeia de valor onde a Europa pode apresentar reais vantagens competitivas. Desde logo, no desenvolvimento das infra-estruturas de logística, na proximidade geográfica dos mercados europeus, na capacidade de dar resposta às encomendas num curto espaço de tempo, no design, no controlo da qualidade, na inovação e utilização de novos materiais, na qualidade dos produtos e nas relações comerciais com as grandes redes de distribuição”.

Comunicado do PSD

«Considerando o anúncio da constituição do Governo, vem a direcção nacional do PSD referir o seguinte:

1. *Salientamos desde já como muito positivo o modo como a nova formação ministerial teve lugar, nomeadamente, o facto de não termos assistido à criação de um ambiente especulativo em redor de nomes e figuras, que pouco dignificam o momento político e a função democrática dos novos titulares. O PSD regista o facto, pela preocupação já manifestada no passado, especialmente na constituição do último Governo, salientando que uma metodologia de discrição e de contenção da parte de todos os observadores só prestigia o sistema político português, o que aconteceu desta vez, ao contrário de outras.*
2. *Sobre a constituição da equipa em si mesma, registar, como o PSD e a generalidade dos partidos chamaram a atenção durante a campanha eleitoral, para o facto do Partido Socialista e o Eng. José Sócrates não descolarem da imagem guterrista do passado, confirmada agora com um elenco onde abundam os ex-ministros e ex-secretários de Estado de António Guterres. Espera o País e o PSD que as políticas e o programa de Governo possam convencer-nos de que não estamos perante qualquer regresso de políticas falhadas, mas no início de um novo ciclo em que um Governo de maioria absoluta não tem agora qualquer pretexto para não encetar as reformas que Portugal e os Portugueses aguardam.*
3. *Embora o momento político exija esperança no futuro, não deixa de ser para o País estranho que, ao contrário do que foi amplamente defendido pelo Eng. José Sócrates recentemente, venha já o seu futuro ministro das Finanças, admitir um eventual aumento da carga fiscal e dos impostos em Portugal. Esta posição abre desde logo a porta a uma desmoralização das empresas e das famílias, pondo em causa o difícil trabalho que o PSD vinha a implementar no Governo e a defender junto dos Portugueses.*
4. *O País e o PSD esperam ainda que no campo das políticas estruturantes do regime, nomeadamente, nas áreas das Finanças, Justiça e nas áreas da política externa e defesa possa existir continuidade, à semelhança do apelo que o Senhor Presidente da República fez ao último Governo, especialmente, pela estabilidade que esses sectores devem continuar a ter parte da governação.*
5. *O Governo que vai tomar posse deve ter o seu período de “estado de graça”. Os próximos meses exigem do PSD um acompanhamento e uma exigência democrática, mas não serão seguramente, na sequência de uma honrosa tradição de responsabilidade que o PSD assume no sistema político português, um período de crítica permanente, ou a criação de qualquer estado de “bota-abaixo” constante, como, lamentavelmente, vivemos nos últimos meses.*
6. *O PSD, como única alternativa, vai atentamente acompanhar a situação da nova governação, desejando por isso todo o sucesso ao novo Executivo, sabendo que os seus êxitos serão certamente os de Portugal. As condições políticas que tem, com maioria absoluta, não lhe deixam margem para outro resultado senão o de governar bem. É isso que se espera.*

Lisboa, 7 de Março de 2005»

